



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**O DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
NO CONTEXTO MUNICIPAL DE ENSINO DE ALEXÂNIA – GO**

DELMA GOMES LIMA

ORIENTADORA: MARIA MÔNICA PINHEIRO-CAVALCANTI

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS



DELMA GOMES LIMA

**O DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
NO CONTEXTO MUNICIPAL DE ENSINO DE ALEXÂNIA – GO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Instituto de Psicologia/UnB/UAB - Pólo de Alexânia-GO.
Orientadora: Msc Maria Mônica Pinheiro Cavalcanti

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

DELMA GOMES LIMA

O DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO CONTEXTO MUNICIPAL DE ENSINO DE ALEXÂNIA – GO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MARIA MÔNICA PINHEIRO-CAVALCANTI
Orientadora

RIANE NATÁLIA S. VASCONCELOS
Examinadora

DELMA GOMES LIMA
Cursista

BRASÍLIA/2011

Dedico este trabalho, em especial, às minhas filhas Sabrina e Bianca, que sempre me fazem sorrir, até mesmo nos momentos difíceis e dão um sentido especial à minha vida. Ao meu pai que é um exemplo de vida, a minha mãe que sempre me apóia e ajuda, ao meu esposo, aos meus familiares e amigos que tanto me apoiaram, ajudando a tornar realidade a conclusão deste curso. Também não poderia esquecer a colega de trabalho que muito colaborou, Itamaracy.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado coragem, proteção e sabedoria ao longo deste período, para que eu pudesse vencer as barreiras encontradas e fazer realizar-se hoje a conclusão deste trabalho. À professora Ingrid Lilian Fuhr Raad e, em especial, a professora orientadora desta pesquisa, Profa. MSc. Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti, pela ajuda e presteza que contribuíram para o término deste estudo.

RESUMO

A presente monografia objetivou analisar o desempenho escolar de estudantes com deficiência auditiva no contexto municipal de ensino de Alexânia-GO. O trabalho pretendeu contribuir para compreensão do processo de inclusão de estudantes com deficiência auditiva, matriculados no sistema regular de ensino, favorecendo a compreensão de fatores que tem prejudicado o desempenho escolar destes alunos. A monografia faz uma breve abordagem da concepção da surdez ao longo da história, enfoca a relevância da formação do professor na educação de alunos com deficiência auditiva, discute a perspectiva educacional inclusiva. Participaram do estudo três professores, três estudantes com deficiência auditiva do ensino fundamental de três diferentes escolas regulares de Alexânia-GO e suas respectivas mães. Os instrumentos utilizados para construção dos dados foram questionários e observações em sala de aula e momentos de recreio dos alunos. Como resultados, a pesquisa aponta que o processo escolar dos estudantes com deficiência auditiva não está sendo efetivo nem eficaz. Os estudantes surdos, foco deste estudo, foram inseridos em escolas regulares as quais não apresentaram condições para o efetivo processo de aprendizagem e de inclusão escolar, por ausência de recursos, de formação específica dos professores no âmbito da educação inclusiva, bem como de atendimento educacional especializado ao estudante surdo. Portanto, o presente estudo constatou que os estudantes surdos investigados foram inseridos na sala de aula comum, porém têm sido excluídos da possibilidade de aprender e ser feliz dentro do espaço escolar. Enfim, verificou-se uma necessidade emergente de organização do espaço escolar com vistas ao pleno acolhimento das diferenças e promoção da inclusão educacional e social de todos os estudantes de forma a garantir que o propósito da educação de qualidade se efetive de fato e de direito.

Palavras-chave: educação inclusiva ; deficiência auditiva; desempenho escolar

SUMÁRIO

RESUMO	06
APRESENTAÇÃO	08
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	09
1.1. Deficiência Auditiva	09
1.1.1. O Deficiente Auditivo no Brasil	12
1.1.2. A história da Deficiência Auditiva na Sociedade	13
1.2. Educação Inclusiva	17
1.3. Educação Escolar e Deficiência Auditiva	21
1.3.1. Língua de Sinais Brasileira	25
1.3.2. Método do Oralismo ou Orofacial	26
1.3.3. Método Comunicação Total	27
1.3.4. Método Bilinguismo	28
1.3.5. Formação de Professores para Trabalhar com Estudante Portador de Deficiência Auditiva	30
1.3.6. Inclusão de Surdos no Ambiente Escolar	32
II – OBJETIVOS	34
III – METODOLOGIA	34
3.1. Fundamentação Teórica da Metodologia	34
3.2. Contexto da Pesquisa	34
3.3. Participantes	35
3.4. Materiais	36
3.5. Instrumentos de Construção de Dados	36
3.6. Procedimento de Construção de Dados	36
3.7. Procedimento de Análise dos Dados	37
IV – RESULTADOS	39
4.1.1. Perspectiva dos Estudantes	39
4.1.2. Perspectiva dos Professores	40
4.1.3. Perspectiva dos Pais (Mães)	41
4.2. Discussão Teórica dos Resultados	43
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERENCIAS	51
APENDICES	57
A – Questionário Aplicado aos Professores (Modelo)	57
B – Questionário Aplicado aos Pais (Modelo)	59
C - Questionário Aplicado aos Alunos (Modelo)	61
D – Roteiro de Observação	62
ANEXOS	63
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	63
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	65
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)	66

APRESENTAÇÃO

Esta monografia, elaborada para o curso de pós-graduação em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – EsDH teve como foco de investigação “O desempenho escolar dos estudantes com deficiência auditiva em escolas de Alexânia-GO” e objetivou investigar as causas que contribuíram para que a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva, regularmente matriculados em três escolas públicas municipais de Alexânia, não se concretizasse de forma satisfatória.

Neste trabalho pretendeu-se fazer uma breve abordagem histórica da surdez na sociedade e no Brasil, para a seguir debater os métodos utilizados no trabalho com esses alunos, a importância da formação do professor na educação de alunos com deficiência auditiva, os rumos da educação especial, a importância de se compreender a identidade dos alunos surdos e sua maneira de assimilar, compreender, interagir e transformar o mundo em conformidade com o conhecimento e garantia de seus direito de ser incluído, na perspectiva educacional e social mais ampla.

A Inclusão é um dos desafios, se não o maior, enfrentado em todas as etapas desde a Educação Básica ao Ensino Superior. A Inclusão Escolar deve garantir as condições para que as crianças, jovens e adolescentes sintam-se integrados ao meio escolar, de modo a contemplar suas necessidades educacionais especiais, com vistas à promoção da aprendizagem e desenvolvimento integral.

Participaram deste estudo três escolas municipais, escolhidas por possuírem alunos com deficiência auditiva. Buscou-se identificar as dificuldades relevantes de aprendizagem encontradas por esses alunos, tendo a escola como contexto social específico, bem como observar o grau de informações que os pais ou responsáveis por esses alunos possuíam sobre a legislação, que garante a oferta do atendimento educacional de forma a atender as necessidades educacionais especiais- NEEs e o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 - Deficiência Auditiva

Denomina-se deficiência auditiva a redução da capacidade de percepção dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (RINALD, 1997). De acordo com Ferreira (1994) e Adams (1985)(*apud* DIEHL, 2006), a deficiência auditiva caracteriza-se pela perda total ou parcial na condução ou percepção de sinais sonoros. As denominações podem variar, porém o que não muda é a dificuldade do ser humano de conviver harmonicamente com o outro, que de uma forma ou de outra, não percebe a realidade como a maioria faz. A audição é fundamental para o desenvolvimento da linguagem, por isso o deficiente auditivo apresenta inúmeras dificuldades para a aquisição da língua portuguesa.

Percebe-se que a deficiência auditiva é muito frequente e em pessoas do mundo todo, porém o grau da referida deficiência varia de indivíduo para indivíduo. Entre os deficientes auditivos, alguns já nascem com perda auditiva e outros perdem a audição após o nascimento, na fase pré-linguística, ou depois de adquirir a língua materna, por diversos prognósticos (COUTO, LENZI, 1997 *apud* CAMPOS, 2003). Clinicamente, exames audiológicos são realizados para se determinar o tipo e o grau da perda. Clinicamente pode-se calcular o grau de surdez, e após detectá-la deve-se verificar que estratégias devem ser usadas para chegar à proficiência na aquisição de um sistema de comunicação.

O grau de comprometimento da surdez (KELMAN, 2010 *apud* MARTINHO e SANTOS 2005) é caracterizado da seguinte forma:

(1) leve – perda auditiva de 25 a 40 dB

(2) moderada – perda auditiva de 41 a 70 dB

(3) severa – perda auditiva de 71 a 90 dB

(4) profunda – perda auditiva acima de 90 dB

Em virtude das características detectadas, podem ser indicados Aparelhos de Ampliação Sonora Individual (AASI), visando contribuir com o aumento expressivo da audição dos indivíduos comprometidos. Os indicados Aparelhos de Ampliação Sonora Individual servem para captar e ampliar sons, mas não são suficientes para permitir a compreensão da fala pelos portadores de surdez profunda. A compreensão da fala envolve mais do que a ação de aparelhos, envolve interesses e práticas diferenciadas de ensino e aprendizagem. Segundo o modelo clínico de surdez, os surdos são vistos como tendo uma deficiência, a qual deve ser diagnosticada, tratada e curada, para que eles possam se aproximar do normal, o ouvinte. Neste sentido, os surdos são submetidos a um trabalho de reabilitação para desenvolver suas habilidades auditivas e aquisição da linguagem oral. Segundo KELMAN (2010 *apud* LACERDA; MANTELATTO, 2000, p.26) “No oralismo, ou método oral é necessário trabalhar o resíduo auditivo, uma vez que este poderá propiciar o desenvolvimento da oralidade “compreensão e na produção de linguagem oral” e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o nível de audição para perceber os sons da fala, pode se constituir em interlocutor por meio da linguagem oral.”. À pessoa surda deve ser ofertado um sistema de educação que possibilite uma interação entre professores e família, favorecendo uma educação de qualidade que promova a construção de sua autonomia e desenvolvimento de competências. Segundo a Organização Mundial de Saúde (1996) estima-se que existam 15 milhões de deficientes auditivos no Brasil, sendo que destes 350.000 são surdos profundos.

Segundo Baliero (1989 *apud* CAMPOS 2003), a ciência, ao construir conhecimentos sobre a audição do ser humano, também desenvolve meios para prevenir suas alterações (prevenção primária), para detectá-las o mais cedo possível, ou mesmo para minimizá-las (prevenção secundária). Ainda para este autor, encontradas as dificuldades do deficiente auditivo, não se deve desconsiderar o potencial de aprendizagem, por ser ele constituído de outras formas perceptivas que auxiliam em seu processo de aprendizagem. A prática tem corroborado que a

falta parcial ou total de um sentido, faz com que os outros sejam mais acentuados. Nas últimas décadas não se levava em conta a existência de resquícios auditivos e a pessoa era tratada como se fosse surda profunda. Hoje já são desenvolvidas técnicas para aproveitar os resquícios auditivos que o indivíduo possui para melhorar sua qualidade de vida. Desta forma, percebe-se que é fundamental aceitar o indivíduo como ele é, e desenvolver metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de seus potenciais.

Na década de 1960, surge a concepção sócio-antropológica de surdez, onde os indivíduos surdos são vistos como sujeitos que tinham um acesso diferente ao mundo, que formavam uma comunidade linguística minoritária e faziam parte de uma cultura diferente, a surda. Contudo, o que deveria ter sido considerado à época é que a cultura dos surdos possui peculiaridades linguísticas, políticas e identitárias, sendo também uma cultura rica e plena.

Os indivíduos com necessidades educacionais especiais precisam ser incluídos no âmbito escolar e social. A inclusão escolar do estudante surdo favorece o desenvolvimento da inclusão social. Sendo assim, a função do educador e do sistema educacional é proporcionar condições para que os surdos sejam educados e aceitos como tal, não se deve querer moldá-los de acordo com o sistema vigente. Neste sentido, o comportamento humano resulta de especificidade relacionada a fatores subjetivos em interação com fatores do ambiente. Cada ser é uma pessoa única e deve ser respeitada como tal. A criança surda só se diferencia das demais no que se refere à comunicação.

As necessidades educacionais devem estar embasadas em ações que possam inserir todos os alunos num mesmo sistema educacional, resguardando a cada um seu direito de ser diferente, mas com as mesmas oportunidades para seu desenvolvimento e aprendizagem. A inclusão envolve desafios e constitui-se num processo de complexidade e sutilezas, porém é necessária e possível. Ela demanda uma reavaliação de diversos aspectos da cultura e do comportamento humano, abrindo caminhos para muitos avanços, e embora precise ainda de inúmeras adequações, representa uma nova perspectiva em nossa realidade social, mais justa, humana e igualitária.

1.1.1 - O Deficiente Auditivo no Brasil

O homem é um ser historicamente constituído por meio de sua vivência em sociedade, sendo a linguagem a base para esta construção de seu desenvolvimento. Assim, tornou-se primordial para a inserção dos surdos à sociedade o desenvolvimento de um sistema de linguagem.

Os primeiros registros da educação de surdos no Brasil iniciam-se no reinado do Imperador D. Pedro II, em 1857, com a fundação do Primeiro Instituto Nacional de Surdos Mudos. Este instituto teve influência da metodologia utilizada no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, e chegou até nós na pessoa de Ernest Huet. O modelo de ensino que Huet trouxe ao Brasil priorizava a leitura labial e a articulação da fala, com o apoio da datilologia. Posteriormente, iniciou-se a constituição da língua de sinais brasileira, na confluência da língua de sinais francesa.

Em 1911, O Brasil suspendeu a utilização da Língua de Sinais na educação dos surdos, em obediência ao Decreto de Milão (DIEHL, 2006, p. 24). Percebe-se um retrocesso na educação dos surdos, pois retira-se desses indivíduos o direito de adquirir no sistema educacional a língua materna que é primordial para que eles possam se expressar e interagir com seus semelhantes.

Na década de 1930 acendeu-se a preocupação com a educação especial e o uso de métodos de ensino que objetivavam a oralização, fato que pura inibe a expansão de Libras e acaba sufocando a expansão dessa nova linguagem. Entretanto, mesmo assim, a língua de sinais sobreviveu em sala de aula até 1957. A partir de 1970, foi implantado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), provocando maiores prejuízos na cultura da comunidade surda e no empobrecimento da língua de sinais. Dessa forma, foi negado aos sujeitos envolvidos neste processo, metodologia adequada que permitisse sua inserção no contexto escolar, fato que representou um retrocesso nas políticas educacionais voltadas ao estudante com deficiência auditiva.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (Lei 5692/71), sinaliza-se maior respeito aos alunos que apresentam deficiências, com isso os surdos se fortalecem e reivindicam os seus direitos, até então negados. Em 1977 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos - FENEIDA, como decorrência da reunião de várias entidades que trabalhavam com surdos. A seguir, em 1987, com a alteração em seus estatutos, passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS (DIEHL, 2006, p.24).

Por meio da Lei nº 10.436/2002, foi instituída a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A língua de sinais, anteriormente restrita ao meio dos surdos, passa a ser alvo de considerável interesse por parte de educadores e linguistas de todo mundo. Atualmente, a comunidade surda no Brasil, representada pela FENEIS, vem sendo a grande responsável pela divulgação de Libras (Língua Brasileira dos Sinais), militando a favor de uma política de presença de intérpretes em todos os órgãos públicos e na mídia televisiva (REILY, 2004. p.116).

1.1.2 - A História da Deficiência Auditiva na Sociedade

De acordo com Amaral (1995 *apud* PFEIFER 2003), historicamente há uma evolução da concepção de deficiência: inexistência, até 1800, daí até 1870 se inicia as primeiras experiências terapêuticas e educativas; de 1870 a 1930-40, observa-se a rejeição e a partir da II Guerra Mundial surge o movimento de firmar posições realistas e otimistas frente à deficiência.

O deficiente auditivo era visto pela sociedade como um ser inferior que deveria ser confinado no contexto doméstico ou até mesmo abandonado por suas famílias. Eles eram vistos como sujeitos diferentes e por isso deveriam ser excluídos da vida em sociedade ou até eliminados, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e todo tipo de credice. Durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média, pensava-se que os surdos não fossem educáveis. Os poucos textos encontrados referem-se prioritariamente a relatos de curas milagrosas ou inexplicáveis (MOORES 1978 *apud* LACERDA 1998). O estigma de

diferente impunha ao deficiente auditivo a insuficiente capacidade de aprender e a impossibilidade de desenvolvimento pessoal.

Na Grécia Antiga, em Atenas e Esparta era comum os recém-nascidos com deficiência serem abandonados em cavernas profundas ou largados à própria sorte (DHIEL, 2006). Os surdos receberam citações já na Babilônia. Foram também citados na Bíblia e nos Dez Mandamentos de Moisés (WRIGLEY, 1996 *apud* DIHEL 2006, p. 23). Os surdos sempre existiram e eram retratados como indivíduos diferentes e por isso, eram segregados do convívio social. Até os dias atuais, observa-se a tendência, de grande parte das pessoas a reagirem frente àqueles que fogem ao padrão vigente da sociedade, com atitudes de rejeição e exclusão social.

O início da Idade Média foi marcado pela crença na existência de espíritos malignos, bruxarias e feitiçarias, sendo as pessoas com deficiências vistas como seres a serviço do mal. No decorrer da Idade Média, as pessoas com deficiência deixaram de ser exterminadas, mas passaram a ser excluídas do convívio social (DIEHL, 2006). Neste período os surdos começaram a serem vistos de uma forma mais humana, mas ainda sob a égide de muito preconceito, sendo rejeitados pela sociedade.

Durante a Idade Média, o Cristianismo já havia se concretizado como religião preponderante, e os deficientes já podiam contar com algumas práticas de assistencialismo. Os monges se interessaram pela língua de sinais, pois com seus votos de silêncio careciam de forma alternativa para comunicação. Em algumas comunidades, até hoje, monges trapistas (da ordem cisterciense) comunicam-se por gestos em suas atividades cotidianas no mosteiro (REILY, 2004 p. 114). “Neste sentido, por sua capacidade privilegiada de observar, pensar, refletir e descobrir formas alternativas para resolução de conflitos e problemas, nesse período começa a surgir a primeira forma de integração, favorecida pelo Cristianismo”.

No século XVI, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) inicia a educação de surdos ricos e nobres utilizando treinamento de voz, leitura labial além dos sinais (baseado na aprendizagem da palavra começando pela leitura

e escrita). As famílias nobres que tinham entes surdos perceberam a necessidade de ensiná-los a se comunicarem para administrar os bens da família.

Primeiro na França e, posteriormente, na Inglaterra e na Alemanha, surgiram Institutos para o atendimento de surdos-mudos. Na França, o abade Michel de l'Épée (1712-1789) se destaca na educação do surdo por ter reconhecido a necessidade de usar sinais como ponto de partida para o ensino, defende que a mímica constitui a linguagem natural dos surdos. Por compreender a comunicação como primordial para a vida em sociedade e l'Épée percebe a necessidade de ensinar os surdos por métodos que venham a auxiliar os deficientes auditivos a interagirem com seus semelhantes. Ele inventou os sinais metódicos, ou seja, o método de sinais destinado a completar o alfabeto manual, bem como designar muitos objetos que não podem ser percebidos pelos sentidos.

No Congresso Mundial de Surdos que aconteceu em Milão (1880), foi enfatizado que o uso simultâneo da fala e dos gestos mímicos tem a desvantagem de impedir o desenvolvimento da fala, da leitura labial e da precisão das idéias e declara que o método oral puro deve ser utilizado a partir daquela data de forma definitiva e oficial. Apenas os representantes dos Estados Unidos da América votaram contra o oralismo, sendo que os demais representantes acataram-no como método para educar os surdos (LULKLI *apud* LACERDA 2006): falta página

A repressão autorizada pelo Congresso de Milão foi legitimada pela nova ciência da raça, especialmente a disciplina de Antropologia. Em 1868, Paul Broca, o fundador da Sociedade Antropológica dados sobre a história do homem e da sociedade humana pode ser excluído da antropologia. Assim, as classificações antropológicas do século XVIII para o indivíduo surdo ganha nova força, definindo a linguagem dos sinais como uma forma de sobrevivência atávica da era primitiva do homem, fazendo com que as resoluções do Congresso parecessem razoáveis e progressistas.

Nos Estados Unidos, foi fundada em 1817, por Thomas Hopkins Gallaudet, e Laurent Clerc, a primeira escola para surdos. Somente em 1864 foi inaugurada a Universidade de Gallaudet (somente para surdos) pelo filho de Thomas Hopkins Gallaudet, a qual existe até hoje e é referência mundial na produção de conhecimento sobre surdez.

Em 1960, foi implantada a Filosofia da Comunicação Total. William Strocroe prova que a linguagem gestual da natureza visual-manual tem estrutura e

aspectos próprios como qualquer outra língua. Compreender a comunicação como um sistema de representação que mediatiza e que, portanto, é produzido nas diferentes práticas sociais ao longo da história é de fundamental importância para a inclusão educacional e social dos indivíduos surdos.

1.2 - Educação Inclusiva

O processo de inclusão social passa cada vez mais, pelo acesso à educação que deve reconhecer a necessidade da aprendizagem significativa capaz de ampliar a compreensão do mundo e a possibilidade de inserção de todos os sujeitos na sociedade. Neste sentido, Werneck (1997) assinala que:

A sociedade para todos conscientes da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. (p. 21)

Existe um consenso de que a inclusão educacional exige uma organização das escolas e das salas de aula para atender estudantes com necessidades educacionais especiais da comunidade. Toda política de inclusão deve estar embasada na ideia de que todos os estudantes com deficiência devem, prioritariamente, ser matriculados em escolas de ensino regular. Dessa forma, torna-se necessário que a escola e a sociedade rompam com os obstáculos que impedem a inclusão efetiva desses estudantes com deficiência no contexto escolar e social mais amplo.

O contexto escolar deve observar as diferenças individuais dos estudantes e adequar o sistema de ensino para atendimento às necessidades educacionais especiais. As adequações curriculares, previstas na legislação, são modificações que poderão ser realizadas no currículo para atender às necessidades dos alunos e desse modo mediar construção de conhecimento. Assim, tais adequações devem contemplar os recursos didáticos e pedagógicos para facilitar a aprendizagem dos alunos por meio da adaptação de: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às necessidades que cada estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação vier a requerer para o progresso da aprendizagem e do desenvolvimento no ambiente escolar. Além do âmbito escolar, a educação inclusiva deve considerar o âmbito do trabalho, visando efetiva integração dos estudantes com NEEs na vida em sociedade, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Com o objetivo de compreender o contexto que envolve o cotidiano escolar presente torna-se necessária uma retrospectiva das diferentes fases que marcaram o processo de evolução da educação inclusiva no contexto mundial (exclusão, segregação, integração e inclusão).

A primeira fase, até o século XIV, as crianças deficientes eram totalmente excluídas da sociedade, sacrificadas, mortas ou abandonadas e tidas como incapazes de serem educadas, sendo segregadas do convívio familiar e social. A sociedade excluía, rejeitava e explorava essas pessoas, então consideradas “possuídas por maus espíritos ou vítimas da sina diabólica e feitiçaria” (JONSSON, 1994 *apud* SASSAKI 1997, p.112). Neste período havia o predomínio do pensamento mítico, onde tudo que não tinha uma explicação científica era explicado pela intervenção dos deuses, sendo as pessoas com deficiência vistas como castigo de Deus.

De acordo com o dicionário Aurélio, segregar quer dizer, separar, afastar. Nos séculos XVIII e meados do século XIX era dessa maneira que os deficientes físicos eram tratados neste período, separados de seus entes e entregues nos conventos, asilos, albergues, por motivos religiosos ou filantrópicos, mas sem receber nenhum tratamento especializado nem participar de programas educativos.

Depois de vários séculos de *exclusão* e *segregação*, surge a **integração** social, baseada no modelo médico, no final do século XIX e meados do século XX. Nesta fase, a prática da *inserção* compreendia os estudantes com deficiências já inseridos no contexto regular de ensino, mas em classes especiais, onde a integração escolar era parcial, configurando-se como uma modalidade de educação a parte.

Na década de 80 iniciou-se o movimento da **inclusão**, com a defesa dos princípios de direito à igualdade e reconhecimento das diferenças nos contextos educacionais. A fase da inclusão caracterizou-se por preconizar a eliminação de preconceitos, discriminação e estereótipos produzidos no interior da sociedade. Sendo assim, a partir de 1990, as propostas inclusivas para os alunos com deficiência passaram a ser discutidas na Política Nacional de Educação, onde o

artigo 208 da Constituição Federal define que o atendimento aos deficientes deve ser dado, preferencialmente, na rede regular de ensino. Da mesma forma, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que a educação seja a mais integrada possível, propondo também a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. Portanto, estavam lançadas, a partir daí, as sementes da política de educação inclusiva.

Sendo assim, a perspectiva educacional inclusiva é resultado de um longo processo de adaptação e evolução, onde a sociedade o governo e a comunidade escolar se tornaram atores principais dessa mudança. Nesta direção, a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994, p. 41), afirma que:

“O desenvolvimento de escolas inclusivas como o meio mais eficaz de se conseguir educação para todos precisa ser reconhecido como uma política-chave do governo e ter um lugar de destaque no plano de desenvolvimento de uma nação. (...) Conquanto as comunidades devam desempenhar um papel essencial no desenvolvimento de escolas inclusivas, o apoio e estímulo do governo são também primordiais na busca de soluções eficazes e viáveis”

Diferentes autores, ainda que de diversas perspectivas teóricas, têm defendido um mesmo ponto, qual seja: educação escolar para todos. Para Mazzotta (2002, p.36):

(...) a efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, para os que requeiram ou educação inclusiva onde a diversidade de condições dos alunos possa ser competentemente contemplada e atendida, demandará uma ação governamental e não governamental marcada pela sinergia, que algumas vezes parece ser até enunciada. Isto sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão.

O baixo rendimento escolar de alunos com deficiência auditiva pode ser resultado de vários fatores como a dificuldade de integração social no meio escolar e a falta de acompanhamento dos pais, associados às deficiências do processo de ensino implementado na escola em virtude da ausência das adequações pedagógicas aplicadas a cada caso. Neste sentido, a metodologia utilizada pelos professores, pode influenciar no processo ensino aprendizagem conforme afirma DORZIAT (1995 *apud* RINALDI, 1997, p.229).

Diante da necessidade de maiores reflexões sobre as formas mais apropriadas de viabilizar um ensino de qualidade para as pessoas surdas, é importante trazer para discussão uma visão mais crítica sobre as principais correntes metodológicas utilizadas em sala de aula, que enfoque não apenas os procedimentos adotados, mas, realize uma análise sobre as vantagens e desvantagens existentes em cada uma, tendo em vista as particularidades inerentes à surdez.

Com base no que foi exposto, é possível concluir que a prática da educação inclusiva e de qualidade para todos, requer, necessariamente, que aos profissionais da educação sejam disponibilizados materiais, instrumentos e referenciais teóricos e práticos, para que possam adaptar suas práticas e efetivamente incluir o estudante com necessidades educacionais especiais na escola regular.

Segundo Carvalho (2000, p.103), inúmeros e complexos são os desafios à inclusão escolar de pessoas com deficiência. “Incluir exprime dar condições ao acesso, ingresso e permanência de alunos com deficiência em escolas como aprendizes de sucesso e não como números de matrícula ou como mais um na sala de aula do ensino regular”. É indispensável oferecer suporte pedagógico aos professores, implicando em um sistema que reconheça as diferenças e possibilite o ingresso e o sucesso de todos os alunos no sistema educacional.

Observa-se que os alunos com deficiência auditiva que conseguem ter acesso ao sistema educacional esbarram-se em diversas dificuldades, sejam de ordem cognitivas, conceituais, atitudinais, político-administrativas em virtude do preconceito e despreparo da comunidade escolar em estabelecer comunicação, eficiente e necessário, no trato com este específico grupo de estudantes.

Em geral, a frequente e significativa dificuldade de comunicação entre a pessoa surda e a pessoa ouvinte, acarreta inadequadas interpretações acerca do indivíduo surdo o que resulta em problemas de relações interpessoais no meio, além de favorecer o surgimento de ideias e conceitos errôneos sobre a surdez. Tais circunstâncias significam um entrave para o desenvolvimento dos alunos surdos no contexto escolar e social.

1.3 - Educação Escolar e Deficiência Auditiva

Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos, porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa (BARRETO, 1994 p. 59).

O trecho acima descrito permite compreender o processo de inclusão como uma problemática de difícil solução na sociedade. Historicamente, todas as pessoas deficientes eram vistas como diferentes e como tal, com poucas possibilidades de intervenção educativa e de mudança, predestinadas a viverem à margem da sociedade. Contudo, os direitos e deveres acerca da educação em geral, amparados pela legislação, contemplam a todos os cidadãos, sendo o atendimento educacional especializado público aos educandos com necessidades especiais deve ser cumprido na realidade brasileira. Esse avanço traz consigo alguns problemas que constituem significativos desafios para que o acesso e permanência das pessoas com necessidades especiais nas instituições educacionais públicas regulares se efetivem (BRANDÃO, 2007).

Considerando a política de educação inclusiva, no que se refere à criança surda, suas condições linguísticas, culturais e curriculares especiais devem ser contempladas (LACERDA, 1998). Torna-se, obviamente necessária a adoção de um conjunto de decisões, ao longo do processo de ensino dos indivíduos surdos para possibilitar que a educação ocorra de fato (MARCHESI, 2004). Sendo assim, a integração educativa consiste em tomar decisões equilibradas que possibilitem a inserção de todos os alunos no sistema educacional.

A educação e inserção social dos surdos constituem um sério problema e muitos caminhos têm sido seguidos na busca de soluções, como a escolha da melhor metodologia, as adaptações dos currículos e os meios a serem empregados para facilitar a aprendizagem dos deficientes auditivos (LACERDA, 1998). O ato de acolher a todos, independentemente de suas diferenças, não implica numa submissão do indivíduo deficiente ao grupo dominante. Apesar de esmagados pela

hegemonia ouvinte, os surdos resistem a essa imposição reivindicando seus direitos linguísticos e de cidadania (SILVA, 2006).

Com a aprovação da Resolução nº. 02/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica, os alunos surdos devem ter prioridade na utilização de linguagens e códigos aplicáveis, devido às dificuldades de comunicação e sinalização. O parágrafo 2º do artigo 12 dessa Resolução diz:

Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema braile e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada e ouvindo os profissionais especializados em cada caso.

Para se inserirem na sociedade é necessária aos deficientes auditivos a aquisição de uma forma de comunicação, ou seja, uma competência comunicativa, fato que revela a importância de uma proposta educacional que permita aos estudantes surdos a aquisição da língua materna (língua de sinais) e da língua portuguesa.

Conforme mencionado na seção anterior, o processo de inclusão dos surdos no espaço educacional perpassa por dois fatos considerados determinantes: a criação da Primeira Escola Pública Para Surdos, em Paris, e o Congresso de Milão. Com a criação da escola para surdos, iniciou-se um movimento social de igualdade entre os cidadãos, sendo o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes surdos tratadas de forma mais humanizada. De acordo com o Congresso de Milão foi instituída a obrigatoriedade de uma metodologia única para a educação dos surdos, enfatizando que o oralismo era o melhor método. Dessa forma, a educação do surdo, historicamente, foi marcada por uma política entre o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Resta informar que durante muito tempo, essa população permaneceu excluída do convívio social, sendo atendida por instituições assistencialistas, sempre amparadas por um olhar clínico e não educacional.

Portanto, a proposta de educação escolar inclusiva constitui um desafio, e para ser efetivada faz-se necessário considerar o direito dos estudantes surdos ao de acesso ao conhecimento, bem como ao atendimento educacional especializado. O processo educacional a ser desenvolvido junto aos estudantes surdos deve identificar as dificuldades comuns e valorizar suas potencialidades, com o uso de metodologias variadas. Pressupõe a necessária reavaliação e mudança de mentalidades e atitudes, visando eliminar barreiras que dificultam suas relações na escola, de modo a assegurar o efetivo acesso aos conhecimentos construídos, respeitando os diferentes estilos de aprendizagem de cada um (MARCHESI, 2004).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96, em seu artigo 59 estabelece que, para atender as necessidades educativas dos surdos, é necessário que haja uma adaptação dos currículos, procurando ajustar a programação regular para todos os alunos. Necessário se faz providenciar recursos especiais, materiais que facilitem o desenvolvimento do currículo regular pelo aluno surdo. Desse modo, a educação do deficiente auditivo pressupõe uma tomada de decisões que visam incluí-lo no processo de ensino. Dentre elas: “os sistemas de comunicação a serem utilizados, as adaptações curriculares e o método de escolarização” (MARCHESI, 2004, p. 186).

De acordo com o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educativas” (BRASIL, 1990). Assim, as práticas escolares implementadas aos estudantes devem ser esclarecidas aos pais, envolvendo-os como agentes do processo de aprendizagem, consolidando ações que possibilitem romper barreiras e investir em uma educação de qualidade e eficaz. Ressaltamos que a compreensão dos pais sobre a legislação é cada vez mais necessária, pois como cidadãos, a lei é um importante suporte de luta e viabilizam a efetivação de uma educação mais justa. Há uma grande distância entre a escola que temos e a escola que queremos, já que a educação com qualidade ainda não se efetivou em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica da rede pública de ensino do Brasil.

Os artigos 54 e 66, deste mesmo documento, de forma específica, asseguram o direito à educação, fazendo referência àqueles com necessidades educacionais especiais, remetendo aos direitos não só à educação como também ao trabalho. Dessa forma, está posto na própria legislação que o sistema educacional deve proporcionar condições para que os estudantes com necessidades educacionais especiais apreendam os saberes necessários para terem uma vida digna e produtiva na sociedade em que estão inseridos.

Conclui-se, portanto, que a educação inclusiva é o pilar fundamental para o desenvolvimento e a busca de uma escola que eduque crianças, jovens e adultos, garantindo qualidade e equidade para todos, garantindo o acesso ao mundo do conhecimento e o desenvolvimento de uma consciência cidadã, assegurando o direito de participar e enfrentar os desafios da atualidade. A construção de uma escola inclusiva é um processo importante para o desenvolvimento de um estado democrático. Percebe-se que uma grande parcela dos alunos com deficiência auditiva está sendo deixada à margem no percurso da escolarização, revelando um processo de exclusão e negação de direitos. A escola para todos vem percorrendo um longo caminho entre a exclusão e a inclusão escolar e social, uma vez que, em situações adversas não consegue cumprir a sua função de integração social e de emancipação. A escola inclusiva deve ofertar uma educação que respeite a diversidade, visando a efetivo processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos, por meio das adaptações necessárias e aplicação de recursos educativos adequados a cada caso, favorecendo também sua integração social no meio escolar e extra-escolar.

1.3.1. A Língua de Sinais Brasileira

Em 2002, a comunidade surda brasileira contou com a regulamentação da lei nº 10.436, de 24 de fevereiro de 2002, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua de Sinais Brasileira, a qual determinou que o ensino para estudantes surdos deva ser dado em língua de sinais (Decreto nº 5.626/2005).

A Língua de Sinais é uma língua completa e deve ser ensinada à criança surda desde o início de seu desenvolvimento, tal qual é ensinada à criança ouvinte a língua oral, uma vez que o surdo também tem o direito de se constituir como sujeito linguístico. Os sinais são formados a partir da combinação e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são feitos. A Língua Brasileira de Sinais pode ser comparada em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais. Elas podem expressar ideias simples, complexas e abstratas (RINALD, 1997). Os usuários de Libras podem discutir sobre qualquer assunto, política, filosofia, esportes, contar histórias, encenar peças teatrais, enfim, é um conjunto de expressões usadas pelos surdos para poderem interagir com seus semelhantes e se expressarem.

Segundo Brito (1986 *apud* CAPORALI, LACERDA, MARQUES 2005), a Língua de Sinais apresenta todos os níveis linguísticos (fonológico, sintático, semântico) como as línguas orais. Ela possui uma gramática complexa e uma estrutura própria, diferenciando-se do português. É primordial levar em consideração as necessidades, interesses e afetividade dos surdos na aquisição da Língua de Sinais, a fim de que possam internalizar o processo funcional e comunicativo da Língua de Sinais.

A Língua de Sinais é uma modalidade diferente das línguas oral-auditivas; são línguas espaço-visual, ou seja, a realização dessas línguas não é estabelecida através do canal oral-auditivo, mas através da visão e da utilização do espaço (QUADROS, 1998). Pela falta da audição, a capacidade visual dos deficientes auditivos é mais aguçada e por isso a língua de sinais é adquirida de forma mais

natural, sendo sua evolução semelhante à que produz as crianças ouvintes em relação à língua oral.

1.3.2. Método Oralismo ou Orofacial

Esse método consiste no uso da linguagem oral. Durante muito tempo, o oralismo foi a principal metodologia usada pelos professores para educar as crianças com deficiência auditiva (MARCHESI, 2004). Os defensores do oralismo propunham que os surdos superassem sua surdez e falassem, queriam que os mesmos se comportassem como se não fossem surdos. Para que os surdos fossem aceitos dentro da sociedade eles deveriam utilizar o método oral, e isso só fazia com que os surdos ficassem fora de toda possibilidade educativa. Em 1880 foi decidido no II Congresso Internacional, em Milão, que o método oralista seria o único a ser utilizado para a educação dos surdos, pois havia uma crença que o uso de gestos e sinais inibia a aprendizagem da língua oral (LACERDA, 1998).

O oralismo teve grande influência até meados da década de 1950 e posteriormente foi perdendo espaço em decorrência de seu fracasso como método. A maioria dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória e o seu desempenho escolar foi insatisfatório, revelando um desenvolvimento parcial se comparado com os ouvintes, com dificuldades na aprendizagem de leitura e da escrita, enfim, sujeitos pouco preparados para o convívio em sociedade, mostrando problemas de comunicação oral e escrita, indicando o insucesso dessa abordagem (MARCHESI, 2004).

O oralismo, não atingiu resultados satisfatórios, porque, de acordo com Sá (1999), ocasiona déficits cognitivos, legitima a manutenção do fracasso escolar, provoca dificuldades no relacionamento familiar, não aceita o uso da Língua de Sinais, discrimina a cultura surda e nega a diferença entre surdos e ouvintes.

O deficiente auditivo é capaz de “ler” a posição dos lábios. Porém, é possível que até o melhor leitor labial só consiga entender 50% das palavras articuladas DellÁringa (2007), visto que, muitos sons são invisíveis nos lábios. A leitura da fala é a visualização de toda a fisionomia da pessoa que fala, incluindo

seus gestos e expressões. (RINALD, 1997, p. 71) aspas na citação direta? Na atualidade, após diversas tentativas fracassadas de fazer os surdos expressarem-se oralmente, tal método é considerado um sofrimento e com escassas perspectivas de sucesso (MARQUES, 2002).

1.3.4. Método Comunicação Total

A Comunicação Total é uma proposta flexível no uso de meios de comunicação oral e gestual, ela aceita vários recursos comunicativos, com a finalidade de ensinar a língua portuguesa e estimular a comunicação.

Para Stewart (1993 *apud* LACERDA 1998) comunicação total é a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer *inputs* linguísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem se expressar nas modalidades preferidas. Esse método possibilita que o aluno surdo desenvolva uma comunicação com as pessoas do seu cotidiano. A comunicação utiliza tanto sinais retirados da língua de sinais usada pela comunidade surda quanto sinais gramaticais modificados, possibilitando assim que tudo que seja falado possa ser acompanhado por elementos visuais que o representam, o que facilitaria a aquisição da língua oral e posteriormente da leitura e da escrita (MOURA 1993 *apud* LACERDA 1998).

A comunicação total utiliza todo e qualquer recurso possível para a comunicação, a fim de favorecer as interações sociais, considerando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas dos alunos. Os resultados apresentados por essa metodologia são questionáveis, visto que, os surdos que se utilizam desta modalidade de expressão, não estão apresentando desempenho satisfatório frente aos desafios da vida cotidiana, continuam segregados e excluídos do contexto maior da sociedade. Segundo Sá (1999), esta proposta não dá o devido valor a Língua de Sinais. Entretanto, o método da comunicação total favorece ao surdo a possibilidade de expressar sentimentos, interesses e manifestações e é muito utilizado nas escolas, visto que, grande parte dos professores não é habilitada para atender os deficientes auditivos dentro da escola inclusiva.

1.3.5 - Método Bilinguismo

A comunicação bilíngüe consiste em utilizar duas linguagens com pessoas surdas: a língua de sinais e a língua oral (MARQUES, 2002). O ensino de outra língua possibilita ao deficiente auditivo o fortalecimento das estruturas linguísticas, bem como o desenvolvimento cognitivo e comunicativo.

O bilinguismo é a metodologia de aquisição de linguagem na qual a criança surda adquire duas línguas, a Língua Materna que é a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e a Língua Portuguesa que é a segunda língua, oficial de seu país (LACERDA, 1998).

A língua de sinais é usada inicialmente com o objetivo de desenvolver os aspectos cognitivos, emocionais e expressivos da criança surda (BOUVET, 1990 *apud* LACERDA 1998). Pelo processo criativo, o homem tende a desenvolver maneiras para se adaptar ao meio em que vive e a comunicação é fundamental para sua interação com outros homens. A partir da aquisição da língua de sinais fica mais fácil para o surdo a compreensão e desenvolvimento da língua oficial de seu país (LACERDA, 1998). A língua é um fenômeno social, por meio da qual os indivíduos interagem, veiculando informações e promovendo desenvolvimento cognitivo, portanto a escola deve fomentar o processo de aquisição da língua para que o deficiente auditivo possa apreender e construir conhecimentos.

O bilinguismo promove o melhor entendimento do surdo em seu contexto, suas particularidades sua língua e sua cultura. Vários autores comungam que, a língua oral nunca será dominada pela pessoa com deficiência auditiva (ROCHA e COUTINHO, 1986, *apud* MARQUES 2002, p.182,183, afirmam que:

[...] um deficiente auditivo não pode adquirir uma língua falada como língua nativa porque ele não tem acesso a um sistema de monitoria que forneça um *feedback* constante para a sua fala. A língua falada será um fenômeno estranho para o deficiente auditivo nunca algo natural. Os deficientes auditivos, provavelmente experimentam um grau considerável de ansiedade ao usar a linguagem oral porque eles não têm nenhuma forma de controlar a propriedade técnica e social da sua fala, exceto através de movimentos labiais e da reação das pessoas a sua fala. O deficiente auditivo apesar de contar com expressões faciais e movimentos corporais, não possui uma das fontes de informação mais rica da língua oral: monitorar sua própria fala e colaborar sutilezas através da entonação,

volume de voz, hesitação, assim como extrair da produção de seu interlocutor sutilezas através da entonação, volume de voz, etc.

A educação bilíngue visa possibilitar que a criança surda possa ter um padrão de desenvolvimento cognitivo-linguístico semelhante ao da criança ouvinte, e que possa ter uma relação harmoniosa com os ouvintes, tendo o conhecimento de duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária. Entretanto, por não perceberem os sons, os surdos têm sua capacidade de acesso às informações limitadas, e isso refletirá no desenvolvimento do pensamento abstrato e reflexivo. Segundo Lacerda (1998) é essencial que primeiramente a criança surda aprenda a sua língua natural, a língua de sinais, aquela que lhe permite pensar, e só posteriormente seja exposta à aprendizagem da língua oral.

As experiências com educação bilíngue são recentes. Essa metodologia exige alguns cuidados especiais, como a participação de pessoas especialistas em língua de sinais, a participação de professores surdos e isso nem sempre é possível. Temos também a resistência de muitos em utilizar e reconhecer a língua de sinais como sendo a língua materna dos surdos. Frequentemente, quando a oralização fracassa, a língua de sinais é usada como apoio para a linguagem oral.

O deficiente auditivo precisa ser respeitado em sua condição linguística e para que isso ocorra é preciso gerar condições especiais para que os mesmos possam desenvolver e usar essa língua. O Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Língua de Sinais Brasileira (Libras), prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por estudantes surdos e ouvintes onde as duas línguas, Língua de Sinais Brasileira e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional.

1.3.5 - Formação de Professores para Trabalhar com Estudantes portadores de Deficiência Auditiva

O ensino e a aprendizagem acontecem no cotidiano de todo ser humano, desde o seu nascimento. Na escola, com a mediação do professor, há uma interação entre o trabalho pedagógico, o senso comum e os conceitos científicos.

A formação dos educadores que trabalham com sujeitos que apresentam deficiência auditiva deve se dar de forma eficaz e dinâmica, para que possam refletir sobre a importância de seu auxílio como educadores, dando prioridade ao conhecimento e à construção de competências de seus alunos. Os professores exercem expressivo papel na educação dos surdos e para tanto, precisam dispor de conhecimentos além dos estritamente relacionados ao conhecimento específico da disciplina que lecionam, conjugando qualidade com equidade (CARVALHO, 2000). Apesar de a lei garantir o acesso da pessoa surda à escola, grande parte dos professores e das escolas não estão aptos para receber esses estudantes, estão despreparados em termos de conhecimento de habilidades fundamentais para lidar com esses alunos no cotidiano escolar e promover seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. De modo geral, os professores não possuem cursos de formação focalizando a surdez, metodologias e estratégias de ensino para estudantes surdos (LACERDA, 2006).

O papel do educador no processo de inclusão do surdo é fundamental. Ele é que vai adequar as condições necessárias para que haja de fato uma interação entre as diversidade dos alunos que compõe a sala de aula. O professor deve ser preparado para atender o desenvolvimento dos alunos, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um, por isso é fundamental que seja propiciado ao professor condições de mediar os processos para o desenvolvimento da criança (NONATO, 2006 *apud* TENOR, 2008). O educador deve envolver-se no processo de aprendizagem, consolidando ações que impulsionem a quebra de barreiras e investir na melhoria de uma escola cidadã.

A formação do professor deve focar a inclusão das pessoas com necessidades especiais e possibilitar que o acesso à aprendizagem não seja

dificultado pela existência de percursos diferentes dos demais alunos. O professor deve conhecer a língua de sinais, entender a história dos sujeitos surdos, suas restrições sociais, familiares e escolares a que sempre foram submetidos para promover a constituição do saber escolar a partir do ensino de qualidade. Enfim, o papel do educador é orientar o aluno surdo no caminho da apreensão e construção do saber, sendo um facilitador da aprendizagem, um mediador do processo de desenvolvimento do estudante.

Não se deve querer formar professores especialistas para o atendimento aos alunos surdos, o que importa é formar profissionais que conheçam as especificidades relacionadas ao processo de desenvolvimento das pessoas surdas, adquirindo uma fundamentação teórica e prática que permita identificar e atender as necessidades educacionais especiais desses alunos, melhorando o ensino e o aprendizado, retirando-os da condição marginal em que eles estão inseridos.

A educação de quaisquer alunos deve ter como objetivo sua formação como pessoas capazes de pensar e de agir, capaz de exercitar, plenamente sua cidadania. (LEÃO, 2004). Isso requer do professor habilidade e criatividade para promover a construção de conhecimentos, dispondo de um saber crítico e curiosidade acadêmica, além de vencer o preconceito e estimular o processo de inclusão dos deficientes auditivos na escola.

1.3.6 - A Inclusão de Surdos no Ambiente Escolar

A Educação deve ser oferecida a qualquer criança, surda ou não, em complementação à ação da família, para proporcionar condições adequadas ao seu desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social, bem como auxiliar na ampliação de suas experiências e conhecimentos, contribuindo para sua convivência em sociedade (RINALD, 1997). O processo escolar da criança surda demanda o movimento de interação entre a criança e o ambiente que a rodeia, um trabalho conjunto envolvendo a família e a comunidade escolar para promover a sua interação ao meio social e escolar, circunstâncias que favorecerão seu potencial de desenvolvimento e aprendizado.

Mesmo antes de aprender a escrever e ler, a criança surda já traz consigo várias informações, pois ela vai incorporando sistematicamente hábitos de leitura e escrita, pois observa embalagens, vê cartazes, anúncio de televisão folheia livros, revistas, gibis e vêem pessoas lendo e escrevendo.

A adequação e adaptação das atividades para incluir o surdo serão feitas sempre que possível de acordo com o cotidiano da escola. Toda a equipe escolar deve ser preparada para que a integração escolar do surdo seja um processo gradual e dinâmico. Logo de início, o aluno com deficiência auditiva apresenta a desvantagem da ausência de audição em relação aos colegas ouvintes. Como os métodos de alfabetização se apóiam no oralismo, o professor precisa adequar metodologia para superar tal desvantagem e promover a alfabetização da criança surda.

O capítulo V da Educação Especial da Lei de Diretrizes e Bases em seu artigo 58 define que a educação especial deve ser oferecida sempre que possível na rede regular de ensino para os educandos com necessidades especiais. No inciso 1º afirma que o poder público deverá oferecer “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais”. Portanto, com amparo da legislação, a escola deve oferecer não apenas o acesso, mas a apropriação do conhecimento, fomentando as capacidades

intelectuais, as atitudes e comportamento crítico em relação à sociedade em que o estudante se insere.

Para atender as necessidades educativas dos deficientes auditivos, torna-se necessário que haja uma adaptação dos currículos e das práticas pedagógicas. Repensar essas práticas é necessário para que os alunos surdos não creditem que suas dificuldades para aprender a ler e escrever sejam advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias e didática adotadas para ensiná-los, esta deverá ser bem contextualizada, vivenciadas e com o apoio de variados recursos visuais.

II - OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo levantar e analisar os fatores que interferem no desempenho escolar de estudantes com deficiência auditiva de escolas municipais no sistema regular de ensino de Alexânia-GO.

III – METODOLOGIA

3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como levantamento de dados a observação da atuação de professores em sala de aula, onde havia estudantes com deficiência auditiva. O foco da observação foram as práticas pedagógicas, implementadas pelo professor, em sala de aula direcionadas aos estudantes com deficiência auditiva.

3.2- Contexto da Pesquisa

A escola A funciona nos turnos matutino e vespertino, com dez turmas de alunos de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino. A equipe de profissionais da escola é composta por uma diretora, quatro coordenadoras, uma coordenadora de apoio, duas dinamizadoras de laboratório de informática e dez professores, sendo que um dos professores trabalha nos dois turnos, duas merendeiras, quatro auxiliares de higiene e alimentação e uma secretaria. Noventa por cento do quadro de funcionários da escola é efetivo. Há um pátio gramado e um pequeno jardim, porém não possui parquinho nem quadra esportiva. A escola apresenta-se parcialmente adaptada para cadeirantes, uma vez que possui rampas, porém não conta com portas alargadas.

Já a escola B funciona nos turnos matutino e vespertino, com quatro turmas de alunos de 1º ao 4º ano nos turnos matutino e vespertino, com idade compreendida entre seis e onze anos. A equipe de profissionais é composta por uma diretora, duas coordenadoras, quatro professores, duas merendeiras, duas

auxiliares de higiene e alimentação e uma secretaria. Todo o quadro de funcionários é efetivo. Na escola não há parquinho, nem quadra esportiva, todo o pátio é gramado e possui também um lindo jardim. Não tem acessibilidade para portadores de necessidades educacionais especiais.

Na escola C o funcionamento é nos turnos matutino e vespertino, com 18 turmas de alunos de 1º ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino, com idade compreendida entre seis e dezessete anos. A equipe de profissionais é composta por uma diretora, quatro coordenadoras, dezenove professores, três merendeiras, seis auxiliares de higiene e alimentação e duas secretarias. Todo o quadro de funcionários é efetivo. Na escola não há parquinho, nem quadra esportiva, todo o pátio é de piso batido, tendo uma pequena horta e jardim. Não tem acessibilidade para portadores de necessidades educacionais especiais, mas possui vários alunos portadores de necessidades especiais (cadeirante, TGD, surdo). A unidade escolar presta atendimento domiciliar a um aluno com severa dificuldade de locomoção. A escola fica no setor central da cidade e isso implica num levado quantitativo de alunos nas salas de aula.

3.3 Participantes

Participaram desta pesquisa três estudantes com deficiência auditiva, dois do sexo masculino e um do sexo feminino, com sete, nove e quinze anos de idade, matriculados no 2º e 5º ano do ensino fundamental, suas respectivas mães e três professores regentes que trabalham junto a esses estudantes. Os estudantes são matriculados em classe comum de três diferentes escolas da rede municipal de ensino da cidade de Alexânia-GO.

3.4 - Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais: Folha A4, bloco de notas, caneta.

3.5 - Instrumentos de Construção de Dados

Como instrumento de coleta de dados, além do caderno de campo para registro das observações de sala de aula com foco na interação professor-aluno surdo, aluno-aluno e também em momentos de recreio dos estudantes, foram também aplicados questionários a três professores, três pais e três estudantes.

Os professores responderam a um questionário escrito contendo onze questões com o objetivo levantar dados sobre a formação profissional desses professores e suas principais dificuldades para lidar estudantes com necessidades especiais no contexto escolar. Foi elaborado e aplicado um questionário a cada uma das mães, contendo nove questões, que abordavam os seguintes tópicos, relativos à percepção dos pais em relação ao estudante surdo quanto aos aspectos: tempo de escolaridade, processo de inclusão escolar, grau de satisfação com a escola e percepção em relação ao aproveitamento escolar.

3.6 - Procedimentos de Construção de Dados

Para a seleção dos participantes da pesquisa, foi realizado o levantamento das escolas que possuíam deficientes auditivos regularmente matriculados em escolas regulares do município em estudo, por meio de busca no Censo Escolar - INEP/MEC. Foram, então, levantados e localizados três estudantes com deficiência auditiva.

Foram realizados os procedimentos de contato com as escolas, apresentação do propósito da pesquisa às equipes de direção, orientação e professores de cada escola participante do estudo, bem como autorizações para entrada nas

escolas/participação de pais/participação de professores e de estudantes e iniciação do processo de coleta de dados.

Mediante o prévio agendamento para realização das observações das aulas e aplicação de questionários junto aos professores, pais e estudantes, foram realizadas duas observações de cada aluno surdo em suas respectivas salas de aula com duração aproximada de 01h30min cada, onde foi utilizada a técnica do registro contínuo.

Uma mãe respondeu o questionário na escola de seu filho e as outras duas em suas residências, já que as mesmas não puderam comparecer na escola. Para o preenchimento do questionário por parte das mães o tempo foi em média de 25 minutos. Uma das mães que respondeu ao questionário é surda e, neste caso, contou-se com a ajuda de uma intérprete para a efetivação da pesquisa.

Os estudantes surdos responderam ao questionário, um aluno com idade de 7 anos e uma aluna com 9 anos de idade que cursam o 2º ano, não sabiam escrever e contaram com a ajuda das mães para entendimento/tradução das perguntas e registro das respostas. O aluno de 15 anos, que cursa o 5º ano, não precisou de ajuda para responder o questionário.

3.7 - Procedimentos de Análise dos Dados

a) Análise das observações diretas

A análise das observações diretas, foi realizada com base nos registros de observações. Foram selecionados os registros referentes a dois momentos distintos das observações: a) atividade em sala de aula (onde foi analisada a ação dos professores junto aos estudantes surdos); b) brincadeira livre (onde foi analisada as interações entre estudantes surdos e colegas).

b) Análise interpretativa das respostas aos questionários

O questionário individual foi a técnica selecionada para registrar as opiniões de 3 professores regentes, 3 estudantes com deficiência auditiva e 3 mães de alunos com deficiência auditiva. A análise do discurso dos 3 professores regentes, 3

estudantes com deficiência auditiva e 3 mães de alunos com deficiência auditiva foi realizada a partir das respostas ao questionário aplicado, de modo correlacionado ao objetivo proposto a este estudo. As categorias estabelecidas para análise das respostas dos participantes do estudo foram as seguintes:

- Visão de inclusão escolar
- Desafios da inclusão escolar
- Aproveitamento escolar

IV- RESULTADOS

4.1.1 - Perspectiva dos Estudantes

Ao serem questionados se o fato de freqüentarem a escola tem lhes ajudado a viver melhor e o que acham da escola, a aluna A disse que gosta da escola, o aluno B não soube responder e o aluno C argumentou que não gosta muito da escola, pois os alunos e professores não sabem conversar com ele. A aluna A relatou que ficou mais calma depois que começou a frequentar a escola e que gosta dos colegas e os alunos B e C não souberam dizer em que a escola os ajudou.

Quanto ao domínio da leitura e escrita, dois alunos responderam que não sabiam ler nem escrever e somente copiavam as letras. Somente o aluno do 5º ano respondeu que lê palavras simples e escreve. As dificuldades de leitura e a escrita no caso dos surdos decorrem da insuficiência relacionada ao domínio da linguagem que prejudica a comunicação professor x aluno.

Indagados se eles tiveram que enfrentar obstáculos para entrar na escola, foram as mães que responderam a essa pergunta, a mãe da aluna A disse que foi bem aceita e a escola explicou que o desenvolvimento seria mais lento; a mãe do aluno B relatou nunca ter enfrentado obstáculos e a mãe do aluno C contou que o filho entrou tardiamente na escola, pois a rede pública de ensino aceitava sua matrícula só sendo matriculado após ameaça de recorrer à justiça.

Observa-se que a relação estabelecida entre alunos surdos e alunos ouvintes é harmoniosa. Durante o recreio eles brincavam de correr, pular corda e de jogar bola. A comunicação entre eles é feita por gesto. O relacionamento dentro da sala de aula é relativamente normal, percebe-se que os alunos A e C têm relacionamento muito bom com os colegas e funcionários da escola. Já o aluno B pareceu segregado, não tendo sido evidenciada a mobilização por parte da equipe escolar em mediar o processo de interação deste aluno com os demais.

4.1.2 – Perspectiva dos Professores

Os professores foram questionados com o objetivo principal de averiguar em que medida eles se percebem preparados para atuarem com alunos surdos, incluindo a verificação de apoio para atuação junto aos estudantes com NEEs, especificamente aqueles com deficiência auditiva.

Com relação ao serviço de apoio há somente uma fonoaudióloga a disposição da rede como um todo o que é insuficiente pra demanda existente. Não há sala de recursos nas escolas nem tampouco professor especializado para o atendimento pedagógico complementar ou de apoio ao professor no que se refere ao suporte na área educacional inclusiva.

Apesar dos professores do estudo ter em sua sala de aula estudantes com necessidades educacionais especiais, deficientes auditivos, eles relatam não terem participado de nenhum curso de aperfeiçoamento relacionado à inclusão. Os professores conhecem a Língua Brasileira de Sinais, mas não utilizam com seus alunos por não terem domínio da mesma. Logo, os professores demonstraram não se utilizarem do uso de Libras para o processo de inclusão dos estudantes surdos no contexto escolar, não apresentando conhecimentos sobre a surdez e evidenciado o fazer pedagógico não alinhado às NEEs dos estudantes surdos. A comunicação foi reconhecida pelos professores como a maior dificuldade em relação ao trabalho com o deficiente auditivo em sala de aula.

Com relação às principais dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência auditiva, os professores relatam a dificuldade de leitura e interpretação fato que impede o aproveitamento escolar destes alunos em todas as áreas do currículo, tornando-os alheios aos conteúdos ministrados em sala de aula e à margem do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, os professores relatam não conseguirem promover o processo de construção de conhecimentos junto aos estudantes surdos, e, portanto, não se sentem qualificados para trabalhar com a inclusão. Contudo, todos os professores expressaram que gostariam de poder trabalhar efetivamente com o estudante deficiente auditivo no cotidiano de sala de aula.

Indagados sobre as principais causas do baixo rendimento escolar dos alunos com deficiência auditiva, os professores alegaram a falta de formação específica na área da deficiência que os impedem de estabelecer com os alunos a comunicação impossibilitando aos alunos compreender o que os professores ensinam.

A título de sugestão para elevar o aproveitamento escolar dos deficientes surdos os professores sugeriram a criação de uma classe especial para os surdos, cursos de capacitação, apoio no processo ensino-aprendizagem e material adequado para a leitura dos alunos surdos.

Com base nas observações de sala de aula, foram evidenciadas práticas pedagógicas do professor alheias a possibilidade de compreensão dos estudantes surdos. Algumas vezes o professor gesticulava e falava mais alto com vistas a se fazer compreender pelos alunos surdos, porém a tentativa era frustrada e os alunos se mantinham alheios, só copiando, exceto quando as atividades eram de matemática, área em que os alunos apresentavam maior autonomia.

4.1.3 - Perspectiva dos Pais (mães)

Apesar dos anos de escolarização as mães informam que seus filhos menores não sabem ler nem escrever, sendo somente a mãe do aluno do 5º ano que reconhece que o filho sabe ler e escrever algumas palavras. Todas as mães relataram ter observado mudança no comportamento social dos filhos surdos a partir da entrada na escola, mas reclamam que apesar de terem amigos a dificuldade de comunicação ainda é um problema entre eles.

Sobre o conhecimento da legislação que garante educação adequada aos estudantes com NEEs, todas as mães demonstram ter informações, inclusive as mesmas levam seus filhos para acompanhamento no CEMAD (Centro Municipal de Apoio ao Deficiente) em Anápolis/GO, duas vezes por semana, onde dois deles aprenderam Libras, e já usam no cotidiano, e uma aluna está aprendendo. Entretanto, uma das mães não sabia que o seu filho tinha direito a um professor intérprete. Uma das mães foi orientada pelas professoras do CEMAD a procurar a

Secretaria Municipal de Educação e solicitar instalação de uma sala de recursos com professor especializado para o atendimento às NEEs na escola de seu filho.

Sobre a forma de comunicação com seu/sua filho(a), as mães responderam que é por gestos. A mãe da aluna A foi orientada a falar pedindo a filha que olhasse nos lábios para aprender a linguagem orofacial; a mãe do aluno B que é surda disse que quando a mãe dela era viva, a ensinou uma linguagem diferente e agora que estão frequentando o CEMAD, todos na casa (pai, mãe e irmão são surdos) utilizam Libras. O aluno C se comunica por Libras com a mãe e com os outros familiares usa gestos, já o pai se nega a aprender Libras, pois acha difícil.

Quanto á percepção das mães a despeito da atuação do professor no processo de aprendizado dos alunos, foi unânime a opinião de que os professores deveriam aprender Libras para comunicar com os alunos surdos. Portanto todas relatam que os professores não estão conseguindo transmitir as informações aos alunos e que a falta de preparo especializado docente tem levado os alunos surdos a terem dificuldades para aprender.

Como sugestões para melhoria na aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva, as mães elencaram a instalação de sala de recurso com professor especializado, o combate ao preconceito por parte dos colegas e, paradoxalmente à perspectiva inclusiva, que deveria haver uma escola só para surdos.

4.2 - Discussão Teórica dos Resultados

Observamos que o município de Alexânia está iniciando o processo educacional inclusivo aos estudantes com necessidades educacionais especiais, apresentando ainda muitas dificuldades para lidar de modo eficaz do ponto de vista pedagógico. Entretanto, sabemos que inserir as crianças em escolas comuns é necessário para que haja uma interação entre indivíduos diferentes.

Já no momento de levantamento dos dados e nas respectivas observações de aulas, ficou evidenciado que os educadores não possuem qualificação para trabalhar com alunos deficientes e nem contam com o suporte da Secretaria Municipal de Educação para que esse trabalho se desenvolva de forma eficaz.

Com base nos resultados obtidos percebe-se a necessidade da oferta cursos de capacitação em educação inclusiva aos professores, melhorando o processo ensino-aprendizagem, com ênfase em uma educação efetiva que estimule o educador a aprender a lidar com as diferenças, na perspectiva de construir uma sociedade democrática e inclusiva, preparando os estudantes para a vida em sociedade. Verificou-se, portanto, a necessidade de adequar o sistema educacional para atender os alunos com necessidades especiais.

A presença de mães neste estudo foi marcante. Buscamos os responsáveis pelos estudantes, porém somente as mães se apresentaram como tal. Entre as interações familiares, as mais estudadas é a que se estabelece entre mãe e o filho com necessidades especiais. As pesquisas centraram-se fundamentalmente na forma como a mãe estimula, de forma espontânea, desenvolvimento do jogo e da linguagem. Os estudos destacam um estilo mais diretivo nessas interações mãe e filho(a) quando a criança apresenta alguma deficiência.

Por meio da análise da perspectiva das mães, acerca do processo escolar do filho surdo, foi evidenciado que elas buscam na comunidade escolar apoio para educar os filhos, soluções para os problemas educacionais, ressaltando que o maior impedimento que as escolas regulares enfrentam para atingir seus objetivos é a falta de comunicação entre professor e aluno.

Em suma, a tendência atual do processo educacional de crianças surdas pequenas vem sendo na direção a levar a família a estimular o desenvolvimento da linguagem do surdo o mais precocemente possível. Para isso, os pais e irmãos precisam aprender a linguagem de sinais junto com a criança, já que o processo de aprendizagem desta linguagem ocorre de modo semelhante a qualquer outra língua ou seja, o surdo se apropria da Libras da mesma forma como qualquer pessoa aprende uma língua, a partir da necessidade e por interagir com outros usuários da língua.

Neste estudo verificamos a insatisfação dos pais com relação ao atendimento escolar ofertado aos estudantes, sobretudo na perspectiva inclusiva. Os pais necessitam ser orientados pelas escolas em relação ao papel primordial que desempenham para o desenvolvimento do filho deficiente auditivo, fazendo-os valorizar simples situações do dia a dia como oportunidade de realizações no campo emocional, cultural e de integração social. Verifica-se que os pais, que recebem orientação e alcançam adequado conhecimento e compreensão relacionada às necessidades do filho deficiente auditivo, tornam-se mais capazes de oferecer suporte e enfrentar os desafios inerentes do processo de inclusão. Os membros da família, quando conscientes das questões relacionadas à deficiência auditiva, aprendem a lidar com as dificuldades dela decorrentes, buscando formas alternativas de ajustamento.

Observamos neste estudo, claramente, a falta de preparo dos professores relacionada ao processo de comunicação com o estudante surdo, fato que ocasiona dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e dificulta a integração na dinâmica do meio escolar, já que a linguagem integra e constitui a cultura de qualquer sociedade. Assim, quando o aluno surdo não se apropria da linguagem vigente, torna-se marginalizado e passa a viver à margem da sociedade.

Cabe enfatizar que o desenvolvimento natural da linguagem promove uma grande diferença nos processos de interação social e também no desenvolvimento e na aprendizagem escolar. Dessa forma, o aluno ao ser inserido no espaço escolar não é uma folha em branco, ele traz consigo uma gama de conhecimentos, devendo

o professor considerar e validar esta bagagem para favorecer tanto o processo de integração do aluno ao meio escolar quanto a aprendizagem.

Faz-se necessário ressaltar, que a proposta de inclusão de alunos com necessidades especiais nas classes comuns de ensino regular promove o seu desenvolvimento físico, psíquico e social e colabora para eliminar preconceitos e discriminação (LDB, art. 59). A formação docente na perspectiva educacional inclusiva, para além da abordagem teórica mas com subsídios para a prática pedagógica adequada às NEEs dos estudantes com deficiências constitui-se como necessidade emergente para o cumprimento do papel da escola como espaço favorável ao desenvolvimento e aprendizagem de todos os estudantes.

Conforme a LDB/96 O em seu artigo 208, inciso III os alunos com NEEs devem ser matriculados preferencialmente na rede regular de ensino. Para Marchesi (2004), os alunos surdos têm maiores possibilidades de interação com colegas ouvintes, o que favorece a aquisição da linguagem oral e propicia um rendimento melhor quando são matriculados em escolas regulares. Sendo assim, em hipótese alguma um estudante co NEEs matriculado em escola regular, em classe comum, deverá retornar à classe especial ou mesmo à escola de ensino especial com necessidades especiais e mandá-los para classes especiais.

A máxima da inclusão é criar uma sociedade democrática, calcada na igualdade e na liberdade, repudiando qualquer forma de preconceito e discriminação. Neste sentido, os estudantes com deficiência devem ser inseridos no sistema regular de ensino e assim terem seus direitos, amparados pela legislação, assegurados, de forma a tornarem-se pessoas capazes de pensar, agir e exercer plenamente sua cidadania.

Dar suporte aos profissionais de educação para que possam atuar dentro das salas de aula é primordial, não basta ter uma política educacional que insira os alunos no sistema regular de ensino, é preciso capacitar os educadores para que eles possam desenvolver metodologias adequadas para suprirem as necessidades educacionais dos alunos, garantindo não somente o ingresso mas também a condição para permanência e acesso ao desenvolvimento e aprendizagem na escola.

As barreiras à aprendizagem sempre existiram e fazem parte do cotidiano escolar dos alunos. Porém, com relação aos estudantes surdos, o dia a dia da escola pode tornar-se um espaço de exclusão, bem pior do que se estivessem submetidos uma escola especial, caso seus professores ouvintes não se apropriem de uma forma de comunicação com eles e não acreditem em seu potencial de desenvolvimento.

Conforme os resultados do presente estudo, o artigo 59 da LDB/96, que garante a adaptação de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atendimento às NEEs dos estudantes, não está sendo cumprido nas escolas investigadas. É primordial que o sistema vigente se adeque para receber todos os alunos com necessidades especiais ou não e, dessa maneira, a LDB possa ser cumprida de fato e de direito.

Percebe-se que a lei não está sendo cumprida, ainda que a resolução CNB/CEB 02/2001 enfatize o papel do profissional especializado no processo de inclusão escolar. Sabe-se que toda sala de aula que possui aluno surdo deve contar com um profissional especializado para assessorar o professor, porém vê-se que tal lei não tem sido cumprida. Cabe enfatizar que nas escolas investigadas nenhuma delas contava com professor intérprete.

O intérprete de língua de sinais é uma reivindicação da comunidade surda, e uma opção possível, se não para todo o período, ao menos para algumas situações didáticas. No entanto, mesmo na escola que conta com um intérprete, com uma sala de recursos, com serviços e apoio ao professor regente ou professor itinerante, é de fundamental importância que o aluno sinta que seu professor está se esforçando para se aproximar dele, tentando encontrar maneiras de interagir com ele. O professor também deve mediar o processo de interação do aluno surdo com outros alunos, para que ele se sinta incluído no meio escolar. Os colegas muitas vezes se tornam tradutores, intermediando comunicações entre professor e aluno surdo. Pela flexibilidade de suas mentes curiosas, as crianças aprendem sinais com muita facilidade e interesse, geralmente mais rapidamente que o professor.

Estudos recentes indicam que o aluno surdo necessita de um contexto linguístico para aquisição de língua de sinais com pessoas fluentes na língua. Portanto, não se espera que o aluno surdo venha a aprender língua de sinais com o professor regente, iniciante na língua, mas com o professor especialista em sala de recursos, espaço para consolidação da língua e para a apropriação de vocabulário específico dos diversos componentes curriculares. Neste contexto, utiliza-se de métodos pedagógicos diversificados, ajustando as demandas do currículos às possibilidades e necessidades de cada aluno e ampliando o potencial de aprendizagem do aluno surdo (CARVLHO, 2000).

Uma das maiores angústias vividas pelos pais de crianças surdas é o encaminhamento de sua escolaridade. Em geral, desconhecem seus direitos e não possuem, portanto, argumentos quando uma porta escolar lhes é fechada. Muitas são as histórias de pais que escondem seus filhos em casa, por vergonha ou desespero; sem conhecer as instituições que podem ofertar atendimento educacional ao filho deficiente. Cabe, então, aos governantes a responsabilidade de divulgar as ofertas educativas existentes, facilitando aos pais a busca da escolarização e de serviços especializados.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a política de educação inclusiva, no que se refere à criança surda, abre-se espaço a uma crítica em relação ao complexo processo de integração dos surdos na escola e na sociedade, visto que, é fundamental considerar sua condição cultural, linguística, e social.

Por meio deste estudo foi possível levantar dados relevantes sobre o desempenho escolar de estudantes com deficiência auditiva no contexto municipal de ensino de Alexânia e a partir da análise deste contexto contribuir para um melhor direcionamento de ações escolares rumo à educação inclusiva. Observamos que os estudantes com deficiência auditiva do contexto em questão não estão tendo uma educação realmente inclusiva, uma vez que as escolas não dispõem de recursos e serviços especializados para atendimento às NEEs.

É notória a dificuldade enfrentada por alunos com deficiência e suas famílias para conseguir atendimento na modalidade regular de ensino. Mesmo matriculados, muitas vezes tais alunos não recebem a atenção necessária para o aprendizado, além de não serem integrados aos demais colegas, circunstâncias que dificultam cada vez mais seu processo de inclusão educacional.

Ressalta-se que os alunos surdos participantes deste estudo ingressaram na escola regular, mas não está ocorrendo a inclusão de fato e direito na classe comum. Na prática, os surdos são tratados como excluídos, pois o sistema educacional não está proporcionando práticas pedagógicas que possibilitem a esses indivíduos a integração ao meio escolar, com oferta de ensino de qualidade, contemplando suas NEEs.

Segundo Carvalho (1993), é preciso entender que o espaço escolar deve ser visto como um lugar de todos e para todos. Neste sentido a perspectiva educacional inclusiva atende a este propósito, porém não é suficiente constar teoricamente nos Projeto Político-pedagógico e no Regimento Escolar. Ela tem que de fato existir na prática, romper com a corrente do preconceito e superar o despreparo dos professores em lidar com as diferenças dos estudantes.

Na atualidade, a educação deve contribuir para o processo de inclusão social, onde haja uma aceitação das diferenças individuais e da diversidade humana, visto que, a maioria das dificuldades de aprendizagem é decorrência das precárias condições pedagógicas e educacionais das escolas e não, propriamente, da incapacidade dos estudantes. É preciso acreditar no deficiente auditivo como um sujeito capaz de aprender e para tal, os sistemas educacionais devem adequar as condições de oferta de ensino público e de qualidade a esses alunos. Dessa forma será ofertada a educação para a diversidade, fator primordial para que os preconceitos sejam abolidos do meio educacional e a sociedade possa avançar mais uma etapa em seu processo de desenvolvimento.

Percebe-se, portanto, que as políticas públicas educacionais devem adequar-se para tornar a inclusão um fato, não bastando criar vagas nas escolas regulares, mas devendo assegurar igualdade de oportunidades a todos os alunos, adequando às escolas e oferecendo aos professores formação e capacitação continuada possibilitando, assim, educação de qualidade aos alunos com NEEs.

Concluiu-se que o sistema educacional deve modernizar-se e atender as exigências de uma sociedade que trabalhe com a inclusão, eliminando barreiras de aprendizagem, discriminação, possibilitando aos alunos surdos acesso à aprendizagem efetiva. O sistema educacional deve pautar-se na construção do conhecimento de forma crítica para que haja interação entre os indivíduos e a partir daí sejam promovidas mudanças na sociedade.

Cabe a todos dentro do sistema educacional, bem como fora dele, a remoção dos obstáculos à integração do surdo nos sistemas regulares de ensino. O sistema escolar deve ter como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem participativa, que produz sentido para o aluno. O educando encontrará maior motivação para aprender a partir do momento em que o processo educacional levar em consideração seus interesses, modo de ver e viver a vida e para tal a escola deve proporcionar todos os recursos possíveis para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de fato e de direito.

Pode-se verificar que o acesso à escola é um fato visível, o próximo passo está na qualidade da educação para cada um e para todas as pessoas, de forma a consolidar a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os seres humanos. É papel de todos os envolvidos na construção de uma escola democrática e justa atuar na consolidação de uma educação realmente inclusiva.

Sob a perspectiva legal, o direito do surdo está assegurado, mas a sociedade precisa com urgência rever concepções e paradigmas, ousando uma educação realmente inclusiva. O processo de inclusão envolve todos os indivíduos que direta ou indiretamente estão inseridos no processo de aprendizagem, como professores, pais, comunidade escolar. Assim, todos os indivíduos devem ter suas necessidades individuais respeitadas e para que possam fazer parte de uma sociedade mais justa e digna, contemplando a toda diversidade humana.

Ressalta-se, por fim, que este trabalho não teve a pretensão de esgotar o tema, mas sim de ensejar outros estudos na perspectiva da educação inclusiva, sobretudo relacionados aos deficientes auditivos, estudantes incluídos na escola, porém excluídos da possibilidade de aprender e ser feliz dentro do espaço escolar. Enfim, há uma necessidade de organização da instituição escolar, com vista ao pleno acolhimento das diferenças. É preciso crer no indivíduo surdo como sujeito sócio-histórico, que possui direitos amparados por lei e que devem ser inseridos no mundo em que vivem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Do especial ao Inclusivo**: Um estudo de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia. Campinas, SP. [s.n.] 2003

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) comentada e interpretada, artigo por artigo**. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

BRASIL, (1997a) **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: área de deficiência auditiva – vol. I. Série Atualidades Pedagógicas - 04. Brasília: MEC/SEESP.

_____.(1997b) **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: área de deficiência auditiva – vol. I. Série Atualidades Pedagógicas - 04. Brasília: MEC/SEESP.

_____.(1998). **Congresso Nacional. Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília - Senado Federal, Centro Gráfico.

_____.**Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº5.692/71** de 1971.

_____.**Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

_____.**Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997.

_____.(1999) **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC/SEESP.

_____.(1994) **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais.** Brasília: CORDE

_____.(1994) **Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. **O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngue do surdo congênito.** In.;

CAPORALI, S.A.; LACERDA, C.B.F.DE;MARQUES,P.L.Ensino de língua de sinais a familiares de surdos:enfocando a aprendizagem.**Revista de atualização Científica, Barueri(SP), v.17,n.1,p.89-98, jan-abr.2005.**

COELHO, Cristina M. Madeira. Módulo 4: Inclusão Escolar (**Material desenvolvido para o curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar da Universidade de Brasília**). Disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

DORZIAT, A. **Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica – apostila – UFSCAR, SP 1995.**

DUBOC, Maria José Oliveira. Formação do professor, inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. Sitientibus: **revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**, n31, p. 119-130, jul./dez.2004.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo: Phorte, 2006.

DELL'ARINGA, Alfredo Rafael. A importância da leitura orofacial no processo de adaptação de AASI. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**. v73 n.7. São Paulo. Jan./fev. 2007.

DORZIAT, A. **Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica** – apostila – UFSCAR, SP 1995.

FERREIRA, Milena; DAMÁZIO, Macedo. Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum – Questões polêmicas e avanços contemporâneos. **Revista Ícone Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação Superior/Centro Universitário do Triângulo**. – v.11, n2. (jul./Dez.2005). - Uberlândia: Unitri, 2005

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas S.A., 2009.

http://www.ampid.org.br/MocaoApoio_CNE_2008.php <acesso em 10/06/2010>

LACERDA, CBF. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad CEDES [periódico na internet]. 1998

LEÃO M.C, L. **O processo de inclusão: a formação do professor e sua expectativa quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo {dissertação}**. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos; 2004.

MANTOAN, M. T. E. (org) **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.

MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** In: _____.**Desenvolvimento e educação das crianças surdas.** Porto Alegre: Artmed, 2004.p.171-192.

MARQUES, Rodrigo Rosso. Surdo – aprendizagem e integração. **Revista Episteme/Universidade do Sul de Santa Catarina** – v.9, n. 26/27, p. 175-187, mar./out.2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 2.ed. São Paulo : Cortez, 1999.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Tradução de Windyz Brazão

MOURA, M.C. **“A língua de sinais na educação da criança surda.”**In: Moura, M.C. et al; **Língua de sinais e educação do surdo.** São Paulo: Tec Art, 1993. [Links]

PFEIFER, Paula Veras. **Trabalho de conclusão do curso de ciências sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). 2003.** Pensando a integração social dos sujeitos surdos: uma análise sobre a escolha da modalidade lingüística- Língua de sinais ou língua oral – pela família.

QUADROS, R.M. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais,** 1998, p.63. Disponível em <http://www.ronice.ced.ufsc.br>.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação.** Campinas, SP: Papyrus, 2004.

RINALD, G. (1997) (org.) **Educação especial: deficiência auditiva, VOL.I. Série Atualidades Pedagógicas** – n. 4. Brasília: MEC /SEESP.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão/Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Escola inclusiva: confrontando o paradigma. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro: INES. Nº 7, p.29-34, janeiro-junho, 1997.

SKLIAR, Carlos B. (Org.) **Educação e exclusão: abordagem sócio-antropológica da educação especial**. Porto Alegre: Média, 1997.

SILVA, Alessandra da. **Deficiência auditiva e outros**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SILVA, A.B.P.; PEREIRA, M.C.C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Psicologia: Teoria e pesquisa. Brasília, v. 19, n.2, p. 173-176, 2003

SILVA, Vilmar. **Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Surdos (NEPES) www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/. Acesso em 20/03/09.

SOLDERA, Lúcia loureiro Chaves. Pelos caminhos da inclusão: história e vivência. **Revista Ciências & Letras**. Porto Alegre, n. 32, p. 61-75, lul./dez.2002.

TENOR, A.C. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu - São Paulo, 2008**. Dissertação (mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-graduados em Fonoaudiologia.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**.
Rio de Janeiro: WVA, 1997.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm acesso em março de 2011.

APÊNDICES

A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Caro Professor,

Este questionário é parte integrante da pesquisa monográfica intitulada “O desempenho escolar de estudantes com deficiência auditiva em escolas de Alexânia”, para obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – EsDH pela Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Maria Mônica Pinheiro Cavalcanti. O presente instrumento de construção de dados tem como objetivo levantar informações acerca do desempenho escolar e processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência auditiva de instituições educacionais da rede pública de ensino do referido município.

Neste sentido, solicito vosso empenho em respondê-lo, pois a análise dos resultados desta pesquisa muito dependerá de sua disponibilidade de ofertar informações e percepções acerca do contexto que envolve estudantes com deficiência auditiva na realidade educacional de Alexânia-GO.

Nome da Instituição educacional: _____

Endereço da instituição educacional: _____

Etapa e Modalidade de Ensino: _____

Ano/Série de atuação profissional: _____ Turno: _____ Data: _____

1-Quantos alunos com deficiência auditiva há em sua sala? _____

2-Você conta com o apoio de fonoaudióloga ou professora de sala de recursos? _____

3-Já participou de alguma formação continuada ou especialização referente à perspectiva educacional inclusiva? Em caso afirmativo, quais? _____

4-Você conhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras)? Você utiliza essa linguagem com seu(s) aluno(s) com deficiência auditiva? _____

5-Você utiliza os mesmos métodos pedagógicos para todos os alunos? _____

6- Quais as necessidades educacionais especiais características dos alunos com deficiência auditiva? _____

7- Você enfrenta dificuldades ao trabalhar em uma classe com aluno(s) com deficiência auditiva? Em caso afirmativo, quais? _____

8- Como você concebe o rendimento escolar dos alunos com deficiência auditiva?

9- Caso seus alunos com deficiência auditiva apresentem baixo rendimento, a que fatores do contexto escolar você atribui as principais causas do baixo rendimento escolar desses alunos? _____

10- Você acha que o conteúdo das séries anteriores não foi apropriadamente ensinado? _____

11- O que você sugere como ação pedagógica a fim de promover o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva? _____

Muito Obrigada pela sua colaboração!

Delma Gomes Lima

B- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS

Prezados pais ou responsáveis,

Este questionário é parte integrante da pesquisa monográfica intitulada “O desempenho escolar de estudantes com deficiência auditiva em escolas de Alexânia”, para obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – EsDH pela Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Maria Mônica Pinheiro Cavalcanti. O presente instrumento de construção de dados tem como objetivo levantar informações acerca do desempenho escolar e processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência auditiva de instituições educacionais da rede pública de ensino do referido município.

Neste sentido, solicito vosso empenho em respondê-lo, pois a análise dos resultados desta pesquisa muito dependerá de sua disponibilidade de ofertar informações e percepções acerca do contexto que envolve estudantes com deficiência auditiva na realidade educacional de Alexânia-GO.

Nome da Escola: _____

Endereço: _____

Ano/Série do(a) filho(a): _____ Turno: _____ Data: _____

Diretor (a): _____

1-Há quanto tempo seu filho(a) frequenta a escola? _____

2- Ele(a) sabe ler e escrever? _____

3-Ao longo do tempo que ele(a) frequenta a escola, houve mudanças no seu comportamento social? _____

4-É de seu conhecimento a existência de leis garantindo uma educação adequada para seu/sua filho(a)? _____

5-Você já buscou recursos adequados (Atendimento Educacional Especializado) para dar continuidade dos estudos do seu/sua filho(a)? _____

6-Seu filho(a) conhece Libras? Em caso afirmativo, ele(a) utiliza essa linguagem no cotidiano? _____

7-Que tipo de linguagem você utiliza para comunicar com seu/sua filho(a)? _____

8-Você acha que o professor é fundamental para despertar o interesse do aprendizado por parte dos alunos? _____

9-Que sugestões você daria para que houvesse maior aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva?_____

Muito Obrigada por colaborar nesse trabalho!

Delma Gomes Lima

C- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES SURDOS

Caro estudante,

Este questionário é parte integrante da pesquisa monográfica intitulada “O desempenho escolar de estudantes com deficiência auditiva em escolas de Alexânia”, para obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – EsDH pela Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Maria Mônica Pinheiro Cavalcanti. O presente instrumento de construção de dados tem como objetivo levantar informações acerca do desempenho escolar e processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência auditiva de instituições educacionais da rede pública de ensino do referido município.

Neste sentido, solicito vosso empenho em respondê-lo, pois a análise dos resultados desta pesquisa muito dependerá de sua disponibilidade de ofertar informações e percepções acerca do contexto que envolve estudantes com deficiência auditiva na realidade educacional de Alexânia-GO.

Nome da escola: _____

Ano/Série: _____ Turno: _____

1-Nome do aluno (a): _____

2-Há quantos anos você frequenta a escola? _____

3- Você conhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras)? _____

4- Que tipo de linguagem você utiliza para comunicar com seus colegas? _____

5-E com seu professor(a)? _____

6-Como é o trabalho com seu professor(a)? _____

7-O fato de você frequentar a escola tem ajudado você a viver melhor? _____

8-O que você acha da escola? _____

9-A escola te ajuda? Em quê? _____

10-Você sabe ler e escrever? _____

11-Você enfrentou obstáculos para entrar na escola? _____

12-Quais as principais dificuldades que você enfrenta na escola? _____

13-O que você espera da escola? _____

Muito Obrigada por colaborar nesse trabalho!

Delma Gomes Lima

D - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO

Dia ___/___/_____

Escola: _____

Professor: _____

- 1) O professor é graduado na área de atuação?
() Sim () Não
- 2) O professor possui especialização ou cursos em educação especial?
() Sim () Não
- 3) O professor tem conhecimento da deficiência que seus alunos apresentam?
() Sim () Não
- 4) Há entrosamento entre os alunos com deficiência auditiva e os demais alunos?
() Sim () Não
- 5) Há entrosamento entre os alunos com deficiência auditiva e os funcionários da escola?
() Sim () Não
- 6) As aulas ministradas favorecem:
 - A participação
Sim () Não ()
 - O raciocínio
Sim () Não ()
 - A cooperação
Sim () Não ()
- 7) O(s) estudante(s) é/são participativo(s)?
Sim () Não ()
- 8) O(s) estudante(s) sofre(m) discriminação?
Sim () Não ()
- 9) O(s) estudante(s) tem(têm) facilidade em solucionar os problemas propostos?
Sim () Não ()

Observações:

ANEXOS

A- - Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



Carta de Apresentação

A(o) Diretor(a)

Escola....

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia), além de alunos inscritos em outros pólos, mas que atuam nesta rede. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como conseqüência uma educação inclusiva.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursistasob orientação,..... cujo tema é: possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar



B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre_____ . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa _____ (RELACIONAR O QUE SERÁ FEITO: POR EXEMPLO: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs , INCLUSAÕ, ETC e, ainda, entrevistas gravadas em áudio com os professores no intuito de). Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone ou no endereço eletrônico Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda doUAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia da UnB, por meio da Universidade Aberta do Brasil / Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre_____.

Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores que atuam neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa _____ (RELACIONAR O QUE SERÁ FEITO, como: gravações em vídeo de situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias de NEEs, INCLUSAÕ, ETC e, ainda, entrevistas gravadas em áudio com os professores, no intuito de). Para isso, solicito sua autorização para sua própria participação e, também, a de seu(sua) filho(a), no estudo que realizaremos.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você e/ou seu(sua) filho(a) poderá(ao) deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar(em) e isto não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone ou no endereço eletrônico _____ Se tiver

interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda doUAB – UnB

Sim, autorizo a participação de meu(minha) filho(a) _____ neste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____